

Honoráveis Sócios

Carlos Manuel Pereira Salvador sócio do **Sindicato dos Funcionários Judiciais nº7158**, escrivão adjunto, atualmente a prestar serviço na Comarca de Leiria, Núcleo de Pombal, no Juízo de Família e Menores, vem dar o seu contributo e apresentar algumas reflexões e ações a realizar, sobre a proposta do Novo Estatuto dos Funcionários Judiciais, apresentada pelo Ministério da Justiça.

**

Com toda a convicção e indignação afirmo que a proposta do Novo Estatuto dos Funcionários Judiciais não só não satisfaz as reivindicações dos Oficiais de Justiça como agrava a sua condição profissional, de maneira inaceitável.

Pergunto: que conceito de serviço prestado à Nação inspirou a criação deste estatuto completamente miserável? Parece digno apenas de sistemas políticos totalitários onde a dignidade dos colaboradores/trabalhadores não tem valor algum. Qual terá sido a intenção por trás disso? Parece que o objetivo é implementar modelos organizacionais que, lamentavelmente, promovem a degradação dos serviços prestados ao público e à Nação.

Assim proponho:

Sou frontalmente **contra a criação das Carreira unicategorial de Técnico de Justiça e Técnico Superior de Justiça**, para os oficiais que exercem atualmente funções nos tribunais. A concretizar-se, só irá fomentar a divisão da classe e este modelo não irá contribuir de nenhuma maneira para melhorar os serviços nos Tribunais.

É fundamental **garantir salários condizentes com nossa importância** no sistema Judiciário e **reconhecer e dar valor à experiência daqueles que têm dedicado décadas de serviço nos Tribunais** em prol da Nação, independentemente de sua atual categoria profissional.

Todos os funcionários terão de ser integrados no grau de complexidade funcional 3, aliás à semelhança daquilo que já foi feito com a Polícia Judiciária e os Oficiais do Registo e Notariado.

Sistema de Avaliação SIADAP não pode ser aceite. Será de defender a continuidade da avaliação feita pelo Serviço de Inspeção do Conselho de Oficiais de Justiça (é sabido que o SIADAP é um sistema que tem dado provas de provocar grande caos nas entidades/serviços onde foi implementado, contribuindo nomeadamente para fomentar o compadrio, amiguismo e a cunha, entre os avaliados e as chefias.

Suplemento de 10% existente há 25 anos tem de ser integrado e com efeitos retroativos, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, ou seja, o pagamento do valor mensal nas 14 prestações anuais. De notar que com o fim do suplemento de Recuperação Processual) vamos ficar a ganhar menos, **o que é completamente inaceitável.**

A inclusão dos oficiais de justiça num regime especial de aposentação e de acesso ao regime de pré-aposentação tem de ser contemplado no novo estatuto (por exemplo igual ao da Polícia Judiciária).

É publicamente reconhecido que os oficiais de justiça, pelas características laborais associadas à profissão, estão sujeitos a elevados níveis de stress, fadiga e exaustão. Lidam com sobrecarga de trabalho, recursos escassos, com pessoas em situação de crise e com situações emocionalmente exigentes, envolvendo utentes, testemunhas, vítimas e arguidos, que os colocam em risco de desenvolver doenças profissionais.

**

Se o Ministério da Justiça não alterar a sua proposta de estatuto para um modelo aceitável então proponho:

MANIFESTAÇÃO NACIONAL na Assembleia da República com disponibilização de autocarros para todos e caso necessário, em várias ocasiões.

Ir para a rua.

Manifestações nas sedes das várias Comarcas, por exemplo aos sábados e por um período de tempo considerado razoável para haver visibilidade pública.

Greves às sextas feiras, segundas feiras ou pontes **não surtem o efeito desejado e é só perder dinheiro**. Para a opinião pública só fica a imagem de que “*não querem trabalhar*”.

Criação de um Fundo de Greve, caso seja decidido em Assembleia Geral que este é um caminho que vale a pena, para apoiar financeiramente os colegas durante a luta pelos nossos direitos e dignidade profissional. (de referir que atualmente somos cerca de 7100 oficiais de justiça).

Porto Godinho 11/10/2023.

Obrigado pela atenção dispensada

(Carlos Salvador)